

## DECISÃO RECURSAL

Lagoa Santa, 17 de setembro de 2018.

### À Empresa

**DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

**CNPJ: 01.417.694/0001-20**

**Representante legal:** Flaviano Ferreira Pena Filho

Senhor Representante,

O Município de Lagoa Santa, por meio da Secretaria Municipal de Saúde comunica, pelo presente, decisão acerca do Recurso Administrativo interposto por V.S<sup>a</sup>, face à sanção administrativa de Multa, aplicada à empresa Distrimix Distribuidora de Medicamentos Ltda.

### 1. DOS FATOS:

Face à constatação de inexecução parcial da Ata RP nº 033/2017, celebrada entre o Município de Lagoa Santa e a empresa Distrimix Distribuidora de Medicamentos Ltda, conforme Comunicação Interna nº 123/2018/SMS, e-mails e demais documentos, a Comissão Permanente de Cadastro de Fornecedores - COPECAF, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, instaurou processo punitivo de nº 1693/2018 em desfavor da empresa supramencionada.

Em decorrência disto, a contratada fora notificada, fl.16 tendo apresentado Defesa Prévia, fls.20, que fora submetida à secretaria demandante, tendo esta refutado os argumentos ali elencados. Assim, a empresa fora penalizada com a sanção de Advertência e Multa

Deste modo, a empresa interpôs Recurso Administrativo, fls.33-36, no qual pleiteia a dispensa da multa aplicada. Em observância ao artigo 17 do Decreto Municipal nº 2.260/2012, o recurso apresentado fora remetido à Assessoria de Assuntos Jurídicos do Município para análise e emissão de parecer, e, posteriormente, encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde, para prolação da decisão final.

### 2. DA DECISÃO:

Diante do exposto, em conformidade com processo nº 1693/2018, com o disposto no Decreto Municipal 2.260/2012, na Lei 8.666/1993, bem como com o parecer jurídico exarado à fls. 57-61 e ainda, manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, fl.43 informamos que o Recurso Administrativo interposto pela Distrimix Distribuidora de Medicamentos Ltda foi julgado **NÃO PROVIDO**. Desta forma, tendo em vista que a Ata RP 033/2017 teve seu prazo de vigência expirado em 06/0/2018, ratifica-se a sanção de **Multa** aplicada à empresa.

- **MULTA : R\$ 539,65 (Quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos).**



---

Havendo interesse em requerer vistas ao processo, faz-se necessário o agendamento, pelo representante legal da empresa, junto à Comissão Permanente de Cadastro de Fornecedores.

Em cumprimento ao princípio do contraditório e da ampla defesa, concede-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta, para pedido de Reconsideração.

Gilson Urbano de Araújo  
Secretário Municipal de Saúde